



RESOLUÇÃO C.M.D.C.A Nº 01/2023

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DE
ABERTURA DE PROCESSO
ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO
DA CONDUTA DA CONSELHEIRA
TUTELAR TALITA SOARES DO
NASCIMENTO E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Itapecerica da Serra - CMDCA, em reunião extraordinária realizada no auditório José David Binsztajn- complexo administrativo “Noberto José da Costa” na presente data, no uso das suas competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº651, de 21 de junho de 1991 e suas alterações;

CONSIDERANDO a Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Lei nº 734, de 27 de abril de 1993, dispõe sobre a criação do Conselho Tutelar do Município de Itapecerica da Serra;

CONSIDERANDO a Resolução do Conanda nº 139, de 10 de dezembro de 2014;

CONSIDERANDO o Decreto nº 2996, de 10 de agosto de 2020, que dispõe sobre o regimento interno dos conselheiros tutelares do município de Itapecerica da Serra, primordialmente quanto o capítulo XVI – Dos deveres e vedações dos membros do conselho tutelar e capítulo XVIII – Do processo de cassação;

CONSIDERANDO as denúncias datadas em 11 de fevereiro de 2023, 30 de junho de 2023, **31 de agosto e 13 de Setembro de 2023** em face da Conselheira Tutelar Talita Soares do Nascimento;

CONSIDERANDO a Ata da Reunião Extraordinária realizada em 29 de junho de 2023, 25 de agosto de 2023 e **14 de setembro**, especialmente designada para



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
de Itapeçerica da Serra – CMDCA**
Lei Municipal - nº. 2.311 de 02.05.2013



apreciar sobre a necessidade de instauração de Processo Administrativo envolvendo a conselheira tutelar Talita Soares do Nascimento;

CONSIDERANDO resposta de denúncia pela Conselheira Tutelar Talita Soares do Nascimento, datada em 14 de julho de 2023.

RESOLVE:

Art.1º Autorizar a abertura de processo administrativo para apurar irregularidades da conduta da Conselheira Tutelar Talita Soares do Nascimento narradas nas mencionadas denúncias;

Art. 2º Como medida cautelar a fim de que a Conselheira Tutelar não venha a interferir na apuração dos fatos, determinar o afastamento do exercício da função pelo prazo de 30 dias, prorrogável por mais 30 dias, sem prejuízo dos vencimentos;

Art. 3º Determinar a imediata convocação de conselheiro tutelar suplente, na forma do artigo 32, do Decreto nº 2996/2020;

Art. 4º Oficiar a Promotoria de Justiça acerca da presente deliberação;

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Itapeçerica da Serra, 22 de setembro de 2023.


GICÉLIA RIBEIRO DOS SANTOS GIRADELLI

Presidente